

Sentinelas da saúde: Dinâmica da esporotricose em municípios do Centro-Ocidental paranaense (2022-2026)

Ana Claudia de Oliveira Evangelista dos Santos, Medicina Veterinária, Centro Universitário Integrado, Brasil

Eduarda Aparecida da Silva, Medicina Veterinária, Centro Universitário Integrado, Brasil

Jessica Suemi de Almeida Kikuti, Medicina Veterinária, Centro Universitário Integrado, Brasil, jessica.kikuti@grupointegrado.br

INTRODUÇÃO

A esporotricose é uma micose subcutânea zoonótica emergente causada por fungos do complexo *Sporothrix* (Rocha; Oliveira, 2024). No Brasil, a elevada virulência e disseminação clonal do *Sporothrix brasiliensis* consolidaram o país como epicentro global da infecção em felinos (*Felis catus*), que atuam como os principais reservatórios e transmissores do patógeno para humanos via inoculação traumática (Araujo; Gondim; Araujo, 2020; Bison; Parentoni; Brasil, 2020). Cabe destacar que a infecção inicial nesses animais ocorre quando o felino entra em contato com o fungo presente na natureza (solo, cascas de árvores e vegetação em decomposição) por meio de traumas, como o ato de afiar as unhas em troncos ou escavar a terra para enterrar as fezes. A célere interiorização da doença para o Sul do Brasil é impulsionada pelo trânsito animal e pela complexidade do tratamento, que favorece o abandono terapêutico (Bazzi *et al.*, 2016). Em municípios selecionados do Centro-Ocidental paranaense, o cenário agravou-se em 2022 com a primeira notificação no município polo, desencadeando uma disseminação ativa. Sob a ótica da Saúde Única, este estudo analisa a dinâmica espacial e epidemiológica da esporotricose na região (2022-2026), visando subsidiar estratégias de controle integrado.

MÉTODO

Realizou-se estudo epidemiológico retrospectivo e descritivo (2022-2026) em municípios da região Centro-Ocidental do Paraná. Dados secundários sobre notificações (animais/humanos), origem da infecção e políticas locais foram obtidos junto às Vigilâncias Epidemiológicas de Campo Mourão, Peabiru, Ubatuba, Goioerê e Corumbataí do Sul. As variáveis foram analisadas qualitativamente sob a ótica da Saúde Única, correlacionando a densidade dos surtos ao manejo ambiental local. O estudo seguiu os preceitos éticos vigentes para uso de dados agregados sem identificação dos sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da distribuição espacial e quantitativa dos dados regionais (Tabela 1) revela diferentes estágios de evolução epidemiológica do *S. brasiliensis* nos municípios avaliados, evidenciando um padrão de disseminação em "ondas" a partir de um polo irradiador. Esta dinâmica descritiva sugere que a expansão da zoonose acompanha os eixos de integração regional, sendo influenciada pelo fluxo de animais e pela densidade urbana das áreas adjacentes.

Tabela 1 - Ocorrência de casos de esporotricose felina e humana notificados em municípios selecionados (2022-2026)

Municípios	Início do surto	Casos notificados	Perfil epidemiológico
Campo Mourão	Abril / 2022	Epidêmico (Múltiplos / Múltiplos)	Polo irradiador / Transmissão autóctone ativa
Peabiru	Início / 2025	13 Felinos / 4 Humanos	Disseminação local em franca expansão
Ubiratã	2024	1 Felino (Alóctone) / 0 Humanos	Caso importado isolado / sem transmissão local
Goioerê	Não aplicável	Sem registros	Área indene
Corumbataí do Sul	Não aplicável	Sem registros	Área indene

Os dados obtidos revelam uma expansão centrífuga da esporotricose a partir de Campo Mourão para municípios adjacentes, com destaque para Peabiru, que registrou um aumento expressivo nas notificações entre 2024 e 2025. A análise das fichas epidemiológicas indica que a maioria dos diagnósticos foi realizada via citopatologia, método que, embora célere e de baixo custo, apresenta limitações na diferenciação de espécies do complexo *Sporothrix* (Macêdo-Sales *et al.*, 2018). Nesse contexto, a dependência exclusiva da citopatologia representa uma fragilidade regional na padronização diagnóstica, uma vez que a ausência de métodos padrão-ouro, como a cultura fúngica e a biologia molecular (PCR), impede a identificação precisa do patógeno circulante. Portanto, torna-se imperativa a implementação futura de etapas de genotipagem para confirmar a predominância do *Sporothrix brasiliensis* na região. Na prática, a dinâmica de diagnóstico enfrenta obstáculos operacionais. Em Peabiru, por exemplo, a captura de felinos errantes ou ariscos provou-se um desafio crítico, resultando em diversos casos classificados apenas como "sugestivos" pela impossibilidade de contenção para a coleta de exames.

A classificação de municípios como "áreas indenas", a exemplo de Goioerê e Corumbataí do Sul, deve ser interpretada com cautela, pois a ausência de registros oficiais pode refletir subnotificação ou falta de capacitação técnica local. O gato (*Felis catus*) deve ser compreendido como uma sentinela epidemiológica

estratégica, cujos casos precedem e servem de aviso para o risco de surtos em humanos. É importante notar que outros animais domésticos, como os cães, também podem ser infectados; contudo, devido à baixa carga fúngica nas suas lesões, estes são geralmente considerados hospedeiros acidentais e não transmitem o patógeno com a mesma eficiência que os felinos.

O controle da enfermidade enfrenta desafios terapêuticos críticos, pois o tratamento com Itraconazol é demorado e exige adesão rigorosa. Em lesões cutâneas mais extensas ou refratárias, a literatura sugere que o tratamento cirúrgico associado à terapia antifúngica convencional pode ser uma estratégia necessária para o sucesso clínico (Gremião *et al.*, 2006). Nesse cenário, o protocolo municipal de Campo Mourão (Campo Mourão, 2026) destaca-se como uma "boa prática" de Saúde Única ao fornecer a medicação gratuitamente, mitigando o abandono terapêutico. Contudo, a dinâmica de tratamento não foi uniforme para todos os animais acometidos na região, variando conforme o acesso a essas políticas públicas ou o custeio particular.

O prognóstico acompanhou a gravidade clínica no momento da captura. Em Campo Mourão, embora o programa tenha garantido um prognóstico favorável (alta clínica) para 115 felinos (30%), a maioria apresentou um prognóstico desfavorável devido a diagnósticos tardios: 209 felinos (54%) evoluíram para óbito, dos quais 123 exigiram eutanásia humanitária por sofrimento extremo ou risco incontrolável à saúde pública. Cenário idêntico observou-se em Peabiru, onde apenas dois felinos concluíram o tratamento com sucesso, enquanto quatro foram submetidos à eutanásia.

O tratamento do animal funciona como uma barreira sanitária que interrompe a transmissão comunitária. No entanto, um fator de risco ambiental relevante é a partilha de água e ração em pontos de alimentação para animais comunitários. Embora o fungo não seja propagado primariamente pela ingestão, a aglomeração de animais nestes locais potencia confrontos territoriais, resultando em traumas por arranhões e mordeduras que facilitam a dispersão do patógeno. Paralelamente, o manejo de animais errantes é um ponto crítico. A gravidade da situação regional é ilustrada por notificações humanas sérias em Peabiru. Por fim, a destinação das elevadas taxas de carcaças via incineração é indispensável para eliminar o fungo do solo e interromper definitivamente o ciclo de transmissão regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O avanço do *S. brasiliensis* na região revela uma emergência que exige respostas integradas via Saúde Única. A dinâmica clínica evidenciou que o diagnóstico precoce é dificultado pela complexidade do manejo de animais errantes, e o tratamento não foi uniforme para todos, dependendo diretamente do acesso a programas públicos ou custeio particular. O prognóstico predominante na região foi desfavorável, com elevadas taxas de óbito e eutanásia — exemplificadas pelos 54% de óbitos em Campo Mourão — refletindo a gravidade das lesões no momento da captura. O controle eficaz depende da garantia de acesso universal ao

litraconazol e da incineração obrigatória de carcaças, medidas vitais para interromper definitivamente o ciclo ambiental da zoonose.

PALAVRAS-CHAVE: *Felis catus*. *Sporothrix*. Zoonoses emergentes. Políticas públicas. Vigilância sanitária.

AGRADECIMENTOS: Agradecemos às Secretarias Municipais de Saúde e setores de Vigilância Epidemiológica dos municípios participantes, pelo fornecimento dos dados, bem como o suporte técnico de Nathalia (Peabiru), Flavia Vicente de Andrade e Laudelina Batista Neves de Melo (Ubiratã) e Osmar João Pereira (Corumbataí do Sul). Estendemos o reconhecimento ao Centro Universitário Integrado pelo fomento à pesquisa e ao desenvolvimento acadêmico na Medicina Veterinária.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. K. L.; GONDIM, A. L. C. L.; ARAUJO, I. E. A. Esporotricose felina e humana - relato de um caso zoonótico. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 14, n. 2, p. 237-247, 2020.

BAZZI, T. *et al.* Características clínico-epidemiológicas, histomorfológicas e histoquímicas da esporotricose felina. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 36, n. 4, p. 303-311, 2016.

BISON, I.; PARENTONI, R. N.; BRASIL, A. W. L. Metanálise de esporotricose felina: um destaque para sua ocorrência no Brasil. **Ars Veterinaria**, Jaboticabal, v. 36, n. 4, p. 301-315, 2020.

CAMPO MOURÃO. Prefeitura Municipal. **Protocolo municipal de vigilância, prevenção, manejo e controle da esporotricose animal no município de Campo Mourão – PR**. Campo Mourão: Prefeitura Municipal, 2026.

GREMIÃO, I. D. F. *et al.* Tratamento cirúrgico associado à terapia antifúngica convencional na esporotricose felina. **Acta Scientiae Veterinariae**, v. 34, n. 2, p. 221-223, 2006.

MACÊDO-SALES, P. A. *et al.* Diagnóstico laboratorial da esporotricose felina em amostras coletadas no estado do Rio de Janeiro, Brasil: limitações da citopatologia por imprint. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 9, n. 2, p. 11-16, 2018.

ROCHA, J. L. T.; OLIVEIRA, M. G. X. de. Esporotricose felina: Sinais clínicos e prevenção em animais e humanos. **Pubvet**, v. 18, n. 5, e1591, 2024.